

26ª. Reunião Brasileira de Antropologia

01 e 04 de junho de 2008

Porto Seguro – BA

GT 27

**SABERES E PRÁTICAS DA ALIMENTAÇÃO: DESIGUALDADE,
DIVERSIDADE E IDENTIDADE**

**O TRABALHAR, O COMER E O SOBREVIVER NO MÉDIO SÃO
FRANCISCO, BAHIA, BRASIL: PRÁTICAS ALIMENTARES E
SUPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DO MST**

**Anderson Carvalho dos Santos
Universidade Federal da Bahia – UFBA**

O trabalhar, o comer e o sobreviver no Médio São Francisco, Bahia, Brasil: práticas alimentares e superação em assentamentos do MST¹

Anderson Carvalho dos Santos²

Resumo:

Compreendendo a dimensão que a questão alimentar tem adquirido no campo das Ciências Sociais, principalmente no que concerne às práticas alimentares dos diversos grupos populacionais, suas carências e formas de superação da escassez, sobrevivência e construção de identidade, esse artigo trata das possibilidades da criação de uma nova sociabilidade alimentar proposta e praticada pelo MST, e é parte de uma pesquisa mais ampla sobre as práticas alimentares do MST na região do Médio São Francisco, semi-árido baiano; região na qual se observa uma história de resistência, construída por personagens como ribeirinhos e vaqueiros, reacendida pela polêmica levantada pela transposição do Rio São Francisco. No atual contexto brasileiro, cada vez mais, impõe-se o debate em torno da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com diversos grupos sociais reivindicando a bandeira da soberania alimentar, da sustentabilidade da natureza no processo produtivo e da alimentação saudável pautada na qualidade nutricional, no acesso digno aos alimentos e na emancipação humana. Aqui se enfoca a questão alimentar como um processo que se constrói desde a lógica da produção até a seleção e preparo dos alimentos, incluso em um contexto sócio-cultural no qual essa prática está vinculada a processos ideológicos e possibilidades materiais. No caso específico do MST isto significa questionar as formas de produção e distribuição dos alimentos na sociedade capitalista e apresentar alternativas concretas.

Palavras-chave: práticas alimentares, MST, Segurança Alimentar e Nutricional.

¹Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Nutricionista, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia.

Aspectos preliminares sobre a noção de sociabilidade alimentar no meio rural

Neste artigo, apresentamos um debate inicial sobre a sociabilidade alimentar no meio rural da região do Médio São Francisco, localizada no estado da Bahia, em especial em assentamentos do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Nosso esforço teórico vem no sentido de compreender em que medida as práticas alimentares no interior dos assentamentos do MST apresentam uma sociabilidade alimentar que contraponha ao modo capitalista de produção e distribuição de alimentos.

A noção de sociabilidade alimentar aqui empreendida é construída a partir do entendimento de que a prática alimentar não se encerra no fato isolado do comer em sua face biológica, mas é um processo que compreende a produção, seleção alimentar, práticas utilizadas no plantio, colheita, relação com a natureza, escolha dos alimentos de acordo com a sazonalidade e formas sociais de comer, ou seja, seus aspectos simbólicos - rituais, rejeições, preferências - técnicas de preparo, o comer em conjunto e as formas de relação dessa alimentação com o trabalho. No caso específico do trabalho rural, esse entendimento se torna mais complexo, pois o trabalhador ao mesmo tempo em que é o comensal, é o produtor primário da sua alimentação, ressignificando sua relação com a terra, com o seu corpo e com o seu próprio trabalho.

Nesse nível, a compreensão do processo alimentar nos assentamentos tem relação íntima com a posição do trabalho nessas populações e com a maneira como elas garantem sua sobrevivência e constroem sua própria identidade.

Grande parte das abordagens contemporâneas sobre a alimentação ocupa-se em descrever o fenômeno alimentar acentuando seus aspectos simbólicos. Podemos atribuir a essa perspectiva a uma necessidade de buscar uma abordagem mais fidedigna do fenômeno alimentar, ao passo que a descrição se aproxima do real e ainda tende a construir a “teia de significados” concernentes ao ato de comer. Porém, para Canesqui e Garcia (2005):

A ênfase na inserção da alimentação no sistema cultural como portadora de significados que podem ser lidos e decifrados como código tem minimizado os fatores materiais e hierárquicos, preocupando-se mais com a continuidade do que com as mudanças, sendo que o foco na totalidade descuida da diferença.

A alimentação é sempre ao mesmo tempo socialmente construída e biologicamente determinada (POULAIN, 2004), mas, sobretudo materialmente objetivada. Dessa forma, isolar o fator cultural em si, em seus aspectos relacionados aos significados, pode nos remeter à suposição de que existe uma unidade cultural, impedindo, dessa maneira, referências às diferenciações internas, às influências socioculturais externas, aos fatores históricos e aos elementos materiais. (GOODY, 1995).

Dessa forma, o nosso esforço teórico vem no sentido de entender o problema alimentar em sua forma dialética, através da mediação entre a realidade concreta (organização e divisão do trabalho, distribuição das riquezas entre as classes sociais, uso dos recursos naturais e a necessidade vital de comer) e os significados da alimentação para os diversos grupos sociais e seus desdobramentos práticos (rejeições, seleção, aspectos simbólicos, entre outros).

Essa percepção é fundamental para a análise de grupos rurais, principalmente aqueles ligados a movimentos sociais que constroem uma determinada ideologia capaz de (re)criar identidades a partir de experiências de lutas pela terra, ao acesso digno aos direitos sociais e a emancipação dos povos. Esse parece ser o caso do MST.

A reestruturação produtiva no campo e a gênese do MST

A reestruturação produtiva da agricultura brasileira impõe uma nova dinâmica nas relações sociais e tem impacto estrutural no meio rural. O forte processo de modernização conservadora, impulsionado primordialmente em uma fase onde está instalada a crise do fordismo como modelo produtivo para o capitalismo mundial, simboliza a tentativa de mudança nas relações entre capital e trabalho no campo. Com a modernização, o Brasil passa de mero exportador de bens primários, como a soja, o algodão e o café, e passa também a ser um importante mercado consumidor de bens industriais (ALVES & NOVAES, 1996). Isso repercute de forma avassaladora nas relações de produção em espaços rurais, pois a necessidade de Reforma Agrária, sinalizada historicamente pelos trabalhadores do campo, é negada em favorcimento a uma política de concentração de capitais no campo.

O papel do Estado nesse processo traduz-se na mediação do conflito capital-trabalho no campo: a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que favorecia a agricultura industrial ao fornecer créditos com juros negativos (abaixo da inflação) e vinculava-os ao processamento de produtos e culturas definidas, provocou mudanças nas relações de trabalho,

fazendo crescer o trabalho assalariado e volante (ALVES & NOVAES, 1996). O fundamento era simples e baseado na lei fundante do capitalismo: o investimento compulsivo em máquinas e inovações físico-químicas (capital constante) reduzia a demanda por força de trabalho em períodos de pico (plantio e colheita). Tornava-se assim, mais viável comprar a força de trabalho (capital variável) em lugar de arcar com custos dos trabalhadores em períodos de entressafra, onde não se produzia valor.

O espaço rural na maior parte do país era gradativamente modificado, retirando-se de cena pequenas propriedades focadas nas práticas de produção tradicionais e mão-de-obra familiar dando lugar a Complexos Agroindustriais, onde se concentram atividades agrícolas e processos industriais de utilização dos insumos primários para processamento e armazenagem de diferentes produtos alimentares mais elaborados.

É nesse contexto histórico que surge o MST, inicialmente no Rio Grande do Sul, estado que avançou no processo de modernização agrícola, fruto de resistências sociais e políticas em todo país. Este movimento articula desde seus primórdios o movimento pastoral e o movimento sindical, tendo como objetivo principal integrar as experiências concretas de luta das principais áreas de conflitos de terra do sul, sudeste e centro-oeste, norte e nordeste (BOGO, 1996). Atuando em sentido contrário às políticas do Estado neoliberal, o MST apresenta na luta pela terra e na sua práxis organizativa, elementos de resistência e de transformação econômica, política, social, afetiva e ética, constituindo-se em novo sujeito histórico-social.

A resposta dos Sem Terra ao rearranjo produtivo nos últimos 30 anos é a da construção de novas formas da produção camponesa, reorganizando as práticas coletivas como modelo de desenvolvimento nas áreas rurais, tendo articulação importante com a prática cooperativista da produção, contrapondo-se desta forma o modelo agroindustrial, ou seja, realiza uma disputa política econômica com os grandes proprietários de terra e suas práticas capitalistas.

Novamente a resposta do Estado é mediar essa relação conflituosa, ao passo que incrementa, através da ação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), os Projetos de Assentamentos em Áreas de Reforma Agrária (PA's) em áreas de importante valorização de terras, porém com um histórico de resistência dos seus habitantes (colonos, posseiros, ribeirinhos, entre outros).

Nesse sentido, a construção ideológica dentro dos assentamentos do MST vai no sentido de aliar um debate sócio-político de superação do capitalismo neoliberal a práticas produtivas que promovam um contraponto a esse mesmo modelo em bases sustentáveis na sua relação com a natureza. Isso não quer dizer que essa construção seja homogênea, de modo que essas realidades não estejam permeadas por conflitos entre as estruturas hierárquicas dentro do movimento social e a diversidade de figuras presentes nos assentamentos, com suas diversas histórias de vida, motivações e construções identitárias. Conflitos gerados pela própria diversidade dos objetivos reais da luta pela terra são exemplos de tensões encontradas entre os assentados e as direções do movimento, nos quais observamos as mediações entre os discursos que dizem que “a luta não acaba quando se conquista a terra” e a forte pressão da vida privada geradora de certa acomodação política.

É nessa realidade dotada de contradições que localizamos o MST como sujeito modificador das relações sociais no campo, e também na cidade, ao aliar reivindicações históricas com novos debates travados no seio da sociedade civil. O debate emergente sobre a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN no âmbito das políticas públicas de um Estado pós-colonialista como o Brasil, converge para a temática e o campo em estudo, visto que o MST é ator importante na construção desse novo arranjo das lutas sociais no país e da disputa de concepções no que tange a temática alimentar e produtiva.

A Questão Agrária na Bahia e os assentamentos do Médio São Francisco e suas práticas alimentares

De modo geral, podemos afirmar que a Bahia tem captado uma série de investimentos na área da agricultura de exportação e constituído os complexos agroindustriais com certo avanço. A produção de celulose e papel, grãos e a fruticultura irrigada tem imposto uma nova dinâmica no Estado, como em todo o país, de rearranjo espacial no meio rural, onde a concentração de renda e de terras expulsa os agricultores de pequeno porte, impondo-lhes a necessidade de reterritorialização.

Nesse contexto, surgem os movimentos sociais ligados à luta e à permanência na terra em todo o Estado. A paisagem ao longo das rodovias e/ou em áreas improdutivas logo é modificada pela presença de acampamentos com lonas pretas, onde o MST tem grande destaque, dentre outros movimentos como a Coordenação Estadual dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas do Estado da Bahia (CETA), o Movimento Terra,

Trabalho e Liberdade (MTL), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. Em 2004, já eram 30000 famílias acampadas em todo o estado (MST, 2005).

Com a ajuda do Estado, grandes empreendedores da soja, da pecuária, da agricultura irrigada e do reflorestamento de eucalipto instalaram-se na Bahia, o que acarretou uma grande valorização das terras. A constituição de assentamentos rurais acompanha essa tendência, principalmente em áreas onde os conflitos pela terra estão mais evidenciados (MURITIBA et al, 2007).

A região do Médio São Francisco – Bahia se constitui-se em um exemplo da concentração dos poderes econômicos e políticos diretamente associados à concentração da terra. Após 1970, quando o processo de fragmentação espacial, com a criação de novos municípios, promoveu a partilha territorial e política da região, aliado a reestruturação produtiva impulsionada principalmente pela ação do Estado, alterou-se, profundamente, a valorização das terras e as relações de produção na agricultura da região. (GERMANI & OLIVEIRA, 2006).

Desde a sua ocupação inicial pelo movimento das entradas, datado de 1553, a história do Médio São Francisco é marcada pela exploração do trabalho escravo para incrementar a obtenção de riquezas minerais, a produção de cana e a pecuária. Atualmente a região apresenta um perfil diferenciado no tocante à produção agropecuária, devido à políticas de Estado, por intermédio da SUDENE (créditos rurais) e da CODEVASF (irrigação), que, dentre outras conseqüências, promoveu uma reestruturação produtiva, valorizando as terras e atraindo a atuação de empresários do ramo do agronegócio.

A presença dos assentamentos na região originou-se da resistência de ribeirinhos, agregados e vaqueiros à tomada das terras por parte do investimento dos empresários na região. A luta pela Reforma Agrária, nesse sentido, não se constitui apenas como acesso a terras, mas também a permanência em terras que foram historicamente lugar de produzir, obter sustento e sobreviver. (GERMANI & OLIVEIRA, 2005).

Em termos culturais, a manutenção do tradicionalismo e do folclore é marcante. O catolicismo mesclou-se com lendas e superstições de origem africana e indígena, em parte devido às raízes históricas da exploração por parte de grupos remanescentes de quilombos, indígenas e caboclos.

O processo de regionalização do MST na Bahia iniciado na região Sul no município de Itamarajú, em 1987, consolidou-se ao longo dos anos, chegando a região do Médio São Francisco em 2000, concentrando-se hoje nos municípios de Barra, Muquém de São Francisco e Ibotirama, todos banhados pelo Rio São Francisco (Projeto GeografAR, 2003).

Atualmente existem 09 PA's no município de Barra, sendo que 05 deles foram implantados em 2004. Esses PA's beneficiam um numero de 1517 famílias, o que corresponde a 13,8% da população do município; e ocupam uma área de 63,518 hectares, o que corresponde a 5,6% da área total do município (MURITIBA et all, 2007).

Dentre os assentamentos temos: Angico (2004), Barro Vermelho/Canudos (1997), Curral do Rio Grande II (2004), Fazendas Itacutiara e Santana (1988), Ferradura (2003), São Francisco (2004), Sítio Novo (2004) e Uiracuçú (2004) (Projeto GeografAR, 2003).

A escolha do município de Barra para estudar-se os assentamentos do MST decorreu do fato deste apresentar grande extensão territorial e certo grau de urbanização, esta última característica fornece subsídios para análise de processos migratórios e de aproximações e distanciamentos campo-cidade. A proximidade de grandes centros urbanos é uma característica unificadora dos assentamentos do MST na Bahia, o que certamente favorece a produção/circulação dos seus produtos agrários.

O processo de produção dentro dos assentamentos obedece uma lógica produtiva consonante com o modo de produzir presente no discurso do MST. A produção dos alimentos provenientes da agricultura familiar é destinada tanto para a subsistência das famílias, quanto para o comércio através de cooperativas de trabalhadores rurais que atuam na venda e beneficiamento desses produtos. Nas feiras livres já se observa a presença de alimentos provenientes de tal cultura de produção, pois eles são identificados como orgânicos e de agricultura familiar.

Isso os diferencia em certo âmbito de outras comunidades que produzem a partir da agricultura familiar tradicional, pois no processo de venda dessas últimas não está embutido esse apelo comercial, tão instigante dentro da sociedade contemporânea.

Em Barra, consomem-se nos assentamentos produtos nativos da região, como a carne de charque, raízes (aipim, inhame e mandioca), bem como o consumo do feijão. Observa-se, em

primeira instância, pouca influência da alimentação industrializada nos assentamentos, pois a produção dos alimentos é em grande parte proveniente da produção interna.

O estudo que está em fase inicial aponta em linhas gerais que a produção alimentar nos assentamentos e a proposta de consumo alimentar dos Sem Terra obedecem uma idealização de agricultura pautada na oposição ao consumo industrial. As iniciativas de alguns assentamentos de implementação inicial de sítios agroecológicos no entorno dos brejos de Barra já evidenciam a forte busca por estratégias alternativas de produção e consumo que reorientem toda uma cultura alimentar em contraposição ao modo hegemônico de produzir.

A continuação desse estudo é relevante no sentido de aprofundar a descrição e o leque de contradições colocadas no cotidiano da vida dos assentados, no que diz respeito a questão alimentar e de como isso se articula com a lógica produtiva do município de Barra e seus entornos. Também se justifica pelo fato de buscar uma nova identidade dentro dos assentamentos a partir das permanências e rupturas impostas pelo tratamento da questão alimentar por parte do MST.

Considerações finais

As práticas alimentares nos assentamentos do MST estão estritamente relacionadas com o histórico de lutas desse movimento e seu papel na reconfiguração do campo, principalmente na agregação de diversas identidades de dentro e de fora do campo, no sentido de criar uma sociabilidade que não se identifica totalmente com o campesinato tradicional, e opõe-se à perspectiva industrial do agronegócio.

O imbrincamento de noções ideológicas e políticas com a regularização do trabalho nos assentamentos é presente no MST, visto que a permanência na terra está vinculada a um processo de lutas que não se encerra na sua conquista, pressupondo a idealização e concretização de novas práticas produtivas, pautadas pela sustentabilidade na relação com a natureza e na prática cooperativa.

De certa forma, questões recorrentes às práticas produtivas no campesinato tradicional principalmente na região estudada são evidentes, como a questão da divisão sexual do trabalho (ainda que se tenha uma perspectiva emancipadora no debate de gênero do MST, o

lugar do trabalho feminino ainda é muito vinculado com o privado, o particular) e a questão de processos migratórios entre campo e cidade, na perspectiva de garantir, através do trabalho assalariado nos grandes centros, permanências e sobrevivências no mundo do capital.

A luta do MST e de outros importantes movimentos na região atualmente se encontra numa relação na luta pela terra e contra a degradação e transposição do rio São Francisco enquanto meio de sustento, cultura e tradição locais. A possibilidade da concretização real de projetos de monocultura e aproveitamento de terras para a produção da agricultura irrigada na região também encontram resistência no cotidiano dos Sem Terra. Aliado a isso observamos que as disputas internas dentro do MST sobre o debate dos biocombustíveis e a crise alimentar derivada da proposta de nova matriz energética estão cada vez mais presentes nos assentamentos.

As questões sobre a soberania alimentar e o debate de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem ganhando certa dinâmica no interior dos assentamentos e no seu cotidiano, ao passo que são introduzidas relações mais estreitas com a perspectiva agroecológica de produção; e nas iniciativas de reorganização política e social na região, através da constituição de fóruns de defesa do São Francisco, combate aos alimentos transgênicos, ao cultivo de eucaliptos para reflorestamento, dentre outros debates circundantes da questão alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. J. C. & NOVAES, J.R.P. Dinâmica do Mercado de Trabalho no Setor Sucro-Alcooleiro. In: GALEAZZI, M.A.M (org). *Segurança Alimentar e Cidadania: a contribuição das universidades paulistas*. São Paulo: Mercado Letras, 1996.

BOGO, A. *A Reforma Agrária e a sociedade brasileira*. SP: MST, 1996

CALDART, R.S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2004

CANESQUI, AM; GARCIA, RWD. *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara, 1989.

GERMANI, G; OLIVEIRA, G.G. *Assentamentos Rurais no Médio São Francisco (Bahia-Brasil): políticas públicas, conflitos e resistências*. Universidade Federal da Bahia. 2006

GOODY, J. *Cooking, Cuisine and Class*. Cambridge University Press, 1982.

POULAIN, J.P. *Sociologias da Alimentação*. 1ª edição. Florianópolis. Editora da UFSC, 2004.

MST. Acampamentos 2004. www.mst.org.br/biblioteca/acamp2005. Acessado em 20/04/08.

MURITIBA, M.J.; ALENCAR, C.M.; GERMANI, G. *Luta pela Terra, territorialização e a nova geografia dos municípios baianos*. Artigo apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS. Outubro de 2007.

SILVA, R. M. L. *A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes*. 2005. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.